

O trabalho docente em classes multianuais de escolas da Ilha Grande

The teaching work in multi-year classes of schools in Ilha Grande

Maria Aparecida Alves*

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as condições de trabalho das professoras que atuam em classes multianuais de escolas públicas sediadas em praias da Ilha Grande no município de Angra dos Reis-RJ. A presente pesquisa busca compreender quais são as políticas públicas criadas para atender as demandas dessas escolas e quais são as condições materiais oferecidas para a realização do trabalho docente. Destaca-se que todas as professoras são do sexo feminino e lecionam em classes multianuais, que são salas de aula compostas de alunos, em diferentes fases de aprendizagem, do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, na faixa de idade entre 6 e 12 anos. As educadoras das escolas da Ilha Grande atuam em um contexto bastante peculiar, em que realizam o trabalho de docência, de gestão e de secretaria em escolas sem estrutura física, funcional e financeira. O presente estudo baseia-se em pesquisa empírica e bibliográfica e no referencial teórico das Sociologias da Educação e do Trabalho.

Palavras-chave: Trabalho docente. Condições de trabalho. Classes multianuais.

Abstract

The objective of this article is to analyze the working conditions of the teachers who work in multi-year classes of public schools based in Ilha Grande beaches in the city of Angra dos Reis-RJ. The present research seeks to understand what public policies are created to meet the demands of these schools and what are the material conditions offered to carry out the teaching work. It is noteworthy that all teachers are female and teach in multi-year classes, which are classrooms composed of students in different stages of learning, from the first to the fifth year of elementary school, in the age range of 6 to 12 years. The professionals of the schools of Ilha Grande act in a very peculiar context, in which they carry out the work of teaching, management and secretariat in schools without physical, functional and financial structure. The present study is based on empirical and bibliographical research and on the theoretical reference of the Sociologies of Education and Labor.

Keywords: Teaching work. Labor conditions. Multi-year classes.

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas; Docente adjunta da Universidade Federal Fluminense, no Instituto de Educação de Angra dos Reis; E-mail: mcidalves@hotmail.com.

Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar as condições materiais para a realização do trabalho dos professores que atuam em classes multianuais de escolas públicas municipais sediadas em praias da Ilha Grande, no município de Angra dos Reis-RJ. Nosso interesse em analisar o trabalho docente surgiu a partir da nossa participação em um projeto voltado à área de ensino, realizado entre os anos de 2014 e 2015, que envolveu professores de sete escolas da Rede Municipal de Educação de Angra dos Reis, e que contou com a participação de quinze bolsistas que foram financiados pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIDIB-CAPES, tendo sido desenvolvido no âmbito da Universidade Federal Fluminense. Nossa inserção neste projeto ocorreu a partir de visitas às comunidades e às escolas da Ilha Grande em 2013, quando passou-se a compreender as singularidades desse contexto escolar.

Neste artigo, busca-se compreender qual é a realidade que o professor encontra para desenvolver seu trabalho, pois atua em um contexto bastante adverso, em escolas isoladas do continente e de outras unidades escolares, e que, na maioria das vezes, são espaços que foram adaptados para funcionar como salas de aula. É importante destacar que todos os docentes das sete escolas analisadas são do sexo feminino. Observou-se ainda que, nas classes multianuais, os professores utilizam diferentes conteúdos programáticos para atender a quatro ou cinco séries distintas na mesma sala de aula, sendo que cada uma delas necessita de um atendimento específico. Essas salas reúnem tanto aqueles alunos em processo de alfabetização quanto os já alfabetizados, abrangendo crianças e adolescentes na faixa de idade entre seis e doze anos.

Por se tratar de temática bastante ampla, a nossa análise se circunscreve ao contexto vivenciado pelas escolas multianuais, as quais atendem os filhos de moradores residentes na Ilha Grande. Portanto, nosso olhar buscou ir além da observação de como é este trabalho e quais as práticas pedagógicas que o professor utiliza, priorizando compreender, quais são as políticas públicas criadas para atender as demandas dessas escolas e quais são as condições materiais oferecidas para a realização do trabalho docente.

Quanto aos métodos de pesquisa utilizados no presente trabalho, os dados foram colhidos durante a realização de um projeto de ensino que esteve vinculado ao PIDIB-CAPES. Nesse sentido, foi através do contato com a realidade das escolas da Ilha Grande, e do trabalho realizado pelas bolsistas de iniciação à docência, que pudemos colher os dados da pesquisa que foram apoiados em um levantamento bibliográfico sobre os temas tratados. Os relatos das bolsistas, complementados pelas informações fornecidas pelos professores das escolas, vieram a se somar aos dados encontradas em pesquisas que já haviam sido realizadas no contexto das escolas da Ilha.

Este artigo está dividido em duas partes. Na primeira parte, vamos analisar as políticas públicas que regulamentam a existência de escolas multianuais localizadas na Ilha Grande, bem como as propostas formuladas para atender a essa modalidade de ensino. Já na segunda parte, buscamos analisar as condições de trabalho vivenciadas pelos professores das escolas da Ilha Grande.

I – Políticas públicas implementadas nas escolas multianuais

I.1. Políticas públicas de educação para as escolas multianuais da Ilha Grande

No âmbito das políticas educacionais nacionais, a oferta da Educação Básica nas escolas municipais sediadas na Ilha Grande foi regulada pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996, através da criação de classes multianuais para atender as necessidades da população local. Conforme propõe a LDB, em seu Cap. II - Da Educação Básica, Seção I – Das Disposições Gerais:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996, p. 8).

A modalidade de classes multianuais é oferecida nas ilhas e no chamado “sertão” do município de Angra dos Reis desde 1991, tendo sido implementada antes da regulamentação da LDB pela Secretaria Municipal de Educação, que passou a oferecer cursos de formação continuada para atender as necessidades dos professores designados para ministrarem esta modalidade de ensino.

Portanto, para atender às especificidades dessas escolas, o poder público de Angra dos Reis incorpora também o Programa Escola Ativa: diretrizes para implantação e implementação da estratégia escola ativa, que foi criado com base no Programa Escuela Nueva, implementado em 1975 nas escolas multisseriadas da Colômbia, sendo que a oficialização deste modo de organização do ensino no Brasil se deveu a uma orientação do Banco Mundial (BRASIL, 2005, p. 12).

Em 1997, os princípios da Escola Ativa foram implementados na região Nordeste, e, em 1999, o programa se vinculou ao Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA, criado em 1998 com recursos obtidos através de empréstimos contratados pelo Brasil junto ao Banco Mundial, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica. A Escola Ativa passou a atender prioritariamente às escolas rurais que são constituídas por classes multianuais. O Programa Escola Ativa propõe que cada estado da federação, em parceria com as Instituições Públicas de Ensino Superior, possa oferecer cursos de Formação Continuada para os professores que trabalham com classes multianuais.

Assim, o município de Angra dos Reis implementou o Programa Escola Ativa em dezembro de 2009 nas escolas multianuais da Ilha Grande, cabendo ao Programa, em convênio com o FUNDESCOLA, fornecer os materiais pedagógicos orientadores da formação de professores e de Guias de Aprendizagem para as classes multianuais, com distribuição de livros didáticos das seguintes áreas: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Alfabetização.

Desse modo, o município de Angra dos Reis estabeleceu um vínculo formal entre a tutoria do Programa Escola Ativa, vinculada ao Ministério da Educação, e as equipes de

Coordenadoria das Ilhas e do Sertão e da Coordenação de Gestão Educacional, vinculadas à Secretaria de Educação do município de Angra dos Reis, sendo que ambas passaram a ser responsáveis por conduzir a implementação do programa no município e, também, desenvolver toda a orientação e o acompanhamento do processo de implementação das estratégias utilizadas pela Escola Ativa.

Além disso, essas equipes passaram a supervisionar a utilização dos recursos pedagógicos oferecidos aos professores das classes multianuais para aplicarem nas salas de aula. Assim, o programa não trouxe autonomia aos professores, cabendo a eles executarem as orientações dos coordenadores responsáveis pela implementação daqueles instrumentos pedagógicos.

Na prática, as reformas na área da educação que se expandiram pela América Latina a partir dos anos 1990, sob a alegação de melhorar a qualidade da educação, não atingiram os objetivos que foram propostos. Conforme aponta Rodriguez (2009, p. 119), “as condições de trabalho e de formação dos professores sofreram poucas modificações no período, e a qualificação oferecida não atendeu às necessidades de profissionalização dos educadores”. Além disso, com a diversificação do público escolar, novas demandas vão surgindo a cada dia no espaço escolar, conforme observa Oliveira (2018, p. 16):

[...] por meio dos alunos, a escola é confrontada cotidianamente nos seus valores e normas e os docentes no seu saber-fazer. Contudo, a diversidade não entra na escola apenas pelos alunos que, além de apresentarem diferenças sociais e econômicas importantes, afirmam cada vez mais suas diferenças de origem étnica, cultural e linguística, mas também pelas novas gerações de docentes, oriundos das camadas populares e portadores de outros valores e referências socioculturais.

Embora a Escola Ativa tenha sido um ponto de referência para o desenvolvimento do trabalho dos professores da Ilha Grande na década de 2000, a partir de 2014 eles passaram a adotar os princípios da Educação do Campo, que é uma modalidade de ensino regulamentada pelo governo federal através do Decreto nº 7.352/2010, prevendo em seu artigo 1º que:

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo. (BRASIL, 2010, S/P).

Mas, ainda que o governo federal já tivesse regulamentado a educação do campo em 2010, foi, a partir da Resolução nº 12 de 2012, que a Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis oficializou a Educação do Campo no município, definindo que a mesma deveria atender às “populações rurais, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros” (CHRISOSTIMO, 2016, p. 7). Portanto, para atender a esta demanda, a citada Secretaria mantém uma parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

desde 2013 até o presente, para promover cursos de extensão visando oferecer formação continuada aos docentes que trabalham nas escolas das Ilhas e Sertões.

As políticas educacionais criadas para atender às populações que vivem em áreas distantes, aos poucos vai incorporando alguns segmentos da sociedade que historicamente não se viam representados, embora ainda permaneça o desafio de se criar mecanismos que assegurem tanto o acesso quanto a permanência dos alunos na escola.

É importante destacar que as classes multianuais apresentam uma realidade bastante peculiar, as salas são compostas de alunos em diferentes fases de aprendizagem, tanto aqueles dos anos iniciais que devem adquirir noções de ortografia, quanto aqueles dos anos finais que devem desenvolver a língua escrita. Assim, a maioria dos professores se queixa da dificuldade de se trabalhar com a alfabetização dos alunos, que é um processo bastante complexo, pois implica em que o aluno deva adquirir noções de ortografia para realizar a escrita e a leitura. Nas salas multianuais, é oferecida uma educação diferenciada, em que os educadores partem de um tema comum extraído da realidade local para trabalharem com todas as séries.

A forma de organização do ensino nas escolas da Ilha Grande demonstra que há resistência ao padrão de educação formalizado, pois as docentes, como forma de reafirmar uma nova concepção de trabalho com as classes multianuais, passaram a se apoiar nos princípios da educação do campo em meados de 2014. Neste sentido, as professoras adotam uma concepção de educação apoiada em um projeto histórico, priorizando oferecer uma educação que visa a ampliação da autonomia do aluno e o sentimento de pertencimento àquela comunidade local.

No decorrer do desenvolvimento de nossa pesquisa, observou-se que o trabalho docente realizado nas escolas da Ilha Grande tem, como característica predominante, o agir solitário por parte do professor, já que não há como socializar com outros profissionais os procedimentos relativos à vida escolar, às dificuldades dos alunos e à construção de novas propostas. Isto ocorre devido às restrições para o deslocamento tanto do professor quanto dos coordenadores pedagógicos da Secretaria de Educação, que raramente visitam as escolas, pois não há um número suficiente desses profissionais para atender a todas elas.

I.2. Propostas do Projeto PIDIB para as escolas multianuais da Ilha Grande

Em 2007, o Governo Federal criou o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), visando atingir tanto a formação docente de alunos de cursos de licenciatura quanto o ensino em escolas públicas. O Programa é regido por edital, em que as Instituições de Ensino Superior (IES) submetem seus projetos na área de ensino junto à CAPES. No caso de aprovação, são atribuídas bolsas para alunos de iniciação à docência, para professores da educação básica e para professores de cursos de licenciatura para coordenarem todo o processo.

Com a implementação desta política, a escola pública passou a se destacar como um espaço de formação para os alunos de cursos de licenciatura. Buscando atender a esse propósito, a Universidade Federal Fluminense (UFF) submeteu sua proposta atendendo aos

critérios da Portaria CAPES 096/2013 e teve seu projeto PIBID aprovado em 2013 junto à CAPES, podendo implementar seu projeto.

Assim, a partir de 2013, criou-se a oportunidade para que o projeto PIBID pudesse ser integrado às políticas educacionais da Rede Municipal de Angra dos Reis, especialmente àquelas voltadas ao ensino nas escolas da Ilha Grande. Foi a partir desta iniciativa que, entre 2014 e 2015, foi desenvolvido um projeto na área de ensino no âmbito de um curso de licenciatura em Pedagogia, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIDIB-CAPES, com financiamento de quinze bolsas de iniciação à docência através da CAPES.

O objetivo do projeto foi trazer melhorias tanto para o ensino nas escolas públicas como para a formação das alunas bolsistas de licenciatura, que tiveram a oportunidade de participar de uma experiência de trabalho coletivo e vivenciar na prática como é o cotidiano escolar.

No caso das escolas da Ilha Grande, elas estão estruturadas para atender as turmas do primeiro segmento do ensino fundamental, formadas por turmas multianuais, ou seja, a mesma sala poderá comportar alunos do primeiro ao quinto ano. A Rede Municipal da cidade de Angra dos Reis-RJ possui setenta e uma unidades escolares, sendo doze delas na Ilha Grande. Dentre estas, participaram do Projeto PIBID-CAPES sete escolas da Ilha: Escola Municipal Ayrton Senna (Praia Vermelha); Escola Municipal José Virgílio Pereira Maia (Praia de Sítio Forte); Escola Municipal General Sylvestre Travassos (Praia de Araçatiba); Escola Municipal Brasil dos Reis (Praia de Matariz); Escola Municipal Thomaz Henrique Mac Cormick (Praia da Longa); Centro de Ensino Integrado Monsenhor Pinto de Carvalho (Praia de Enseada das Estrelas) e Escola Municipal Alberto Torres (Praia da Gipóia).

É importante destacar que as crianças, os bolsistas e alguns professores que lecionam nas escolas são transportados diariamente para a Ilha Grande através de barcos que são contratados pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, que saem todos os dias às seis horas da manhã do Cais Santa Luzia no centro de Angra e seguem recolhendo as crianças de praias distantes, levando-as para as praias que possuam escolas, só retornando após as doze horas.

Sirino (2016, p. 99-100) relata como é a rotina diária para que os professores e alunos cheguem às escolas da Ilha Grande; ele cita uma escola, mas este exemplo pode ser estendido a todas as demais:

Às seis horas da manhã, saindo do cais Santa Luzia, rumo à Ilha Grande, os professores, oficinairos e funcionários que trabalham no Centro de Educação e Horário Integral Monsenhor Pinto de Carvalho adentram na embarcação Irmãos Unidos XII, para mais um dia de educação integral e(m) tempo integral. [...]. O barco faz parada na praia do Japariz, Freguesia do Santana, Lagoa Azul, Praia de Fora e da Fazenda, para buscar os alunos e entregá-los às 8h no cais do Saco do Céu [Praia Enseada das estrelas]. Os alunos são conduzidos pela diretora do cais até à escola [...].

O tema de destaque do projeto de Iniciação à Docência (PIBID-CAPES) desenvolvido em sete escolas foi “A memória como tema transversal articulador dos conteúdos escolares das classes multianuais de escolas municipais de praias da Ilha Grande”. O projeto teve o objetivo de viabilizar a troca de conhecimentos pedagógicos que pudessem

auxiliar na melhoria dos processos de ensino/aprendizagem, visando atingir tanto o trabalho de professores quanto a formação das bolsistas.

Através do projeto de ensino, buscou-se resgatar os elementos que compõem a cultura caíçara das comunidades tradicionais residentes em áreas costeiras de praias da Ilha Grande e trazê-los para a sala de aula, buscando trabalhar conteúdos relativos à vida cotidiana destes alunos. Primeiramente, buscou-se trabalhar com a memória das crianças e adolescentes através de atividades pedagógicas e brincadeiras para posteriormente resgatar a memória coletiva do local. “Pela atividade pedagógica o que se buscava e ainda se quer buscar é oferecer os instrumentos para ‘leitura do mundo’, para compreensão e atuação consciente na realidade. E nesse projeto o conhecimento é o fundamental entre eles” (SERRÃO, 2013, p. 257).

No trabalho realizado nas escolas da Ilha Grande, levou-se em consideração que os conhecimentos obtidos de origem popular não podem ser subtraídos dos alunos que vivenciaram essa experiência no grupo, mas, muito pelo contrário, ele só poderia se somar a outros conhecimentos já formalizados na sociedade letrada, esse foi o nosso objetivo em focar no resgate da cultura caíçara em nosso trabalho com as classes multianuais.

II – Condições de trabalho dos professores de classes multianuais das escolas da Ilha Grande

As reformas educacionais realizadas no Brasil nos anos 1990 ampliaram as exigências em termos de formação dos docentes, estimulando a inclusão dos mesmos em programas de formação continuada. Mas, no caso, não houve participação efetiva dos docentes nas decisões políticas tomadas em relação aos programas implementados nas escolas, não houve melhoria nas condições de trabalho e nas carreiras docentes, não foram atendidas às necessidades de profissionalização dos educadores e, também, não houve melhorias na estrutura física das escolas (GARCIA; ANADON, 2009).

É, neste contexto, que vamos analisar e discutir as condições de trabalho dos professores que lecionam em classes multianuais de escolas da Ilha Grande. Procuraremos compreender quais são as condições materiais que o professor encontra para desenvolver seu trabalho.

Durante o desenvolvimento do projeto PIBID, observamos que a maioria das escolas da Ilha Grande possui pouca infraestrutura material, faltam recursos técnicos e materiais, e há carência de profissionais de apoio ao trabalho escolar e administrativo. Conforme foi observado, dentre as sete escolas da Ilha Grande, pesquisadas através do projeto PIBID, cinco delas, as da Praia de Sítio Forte, da Praia da Longa, da Praia Vermelha, da Praia de Matariz e da Praia da Gipóia, não possuem telefone fixo, computador, impressora, copiadora e nem internet. Dentre elas, apenas a escola da Praia da Gipóia tem uma cozinha e um alojamento para professores. No caso das duas escolas restantes, uma delas está sediada na Praia de Araçatiba, sendo uma das poucas escolas que possui telefone fixo, uma biblioteca e oferece um pequeno alojamento com uma mini-cozinha para atender os professores que necessitam permanecer mais de um dia da semana na escola. E a última escola, a da Praia de Enseada das Estrelas tem outras especificidades que apresentaremos mais adiante.

É importante destacar que as condições para o exercício da docência nestas escolas são bastante adversas, pois não há estrutura no local para atender às necessidades básicas de manutenção dos docentes, o que os leva a ter que se deslocar constantemente para o continente, já que não existe banco, posto de saúde e nem mesmo um comércio na localidade.

E, ainda, para agravar a dificuldade de contato com o continente, na maioria das vezes, o telefone celular de uso pessoal dos professores quase não recebe sinal da operadora, o que significa que eles permanecem quase incomunicáveis. Em caso de suspensão de aula, na chegada das alunas bolsistas do PIBID no Cais de Angra às seis horas na manhã, elas eram avisadas pelos próprios barqueiros de que não deveriam embarcar para as escolas, pois não haveria aula naquele dia.

Dentre as sete escolas pesquisadas que participaram do projeto de iniciação à docência PIBID, faremos uma breve descrição da realidade vivenciada por duas delas, a primeira é a Escola Municipal Thomaz Henrique Mac Cormick, localizada na Praia da Longa, que foi selecionada por agregar as características gerais da maioria das escolas da Ilha Grande. E, a segunda escola, a da Praia de Enseada das Estrelas, que oferece uma educação em tempo integral, e apesar de possuir alguma estrutura material, comportando itens como biblioteca e cozinha, ela carece de outros itens importantes para atender aos alunos que permanecem oito horas na escola. Ela não possui sala para a diretoria, sala para os professores, sala de atendimento de aluno ou de leitura e nem quadra de esportes, portanto todas as atividades extraclasse se concentram no espaço da biblioteca.

Em relação à escola da Praia da Longa, é importante destacar que ela mantém apenas uma professora que, em 2015, atendia aproximadamente 18 alunos do primeiro segmento do ensino fundamental, sendo que a primeira série tinha 01 aluno, a segunda 05 alunos, a terceira 06 alunos, a quarta 03 alunos e a quinta 03 alunos, todos concentrados em uma mesma sala (CENSO ESCOLAR/INEP, 2015). Foi constatado que, apesar desta escola possuir biblioteca e uma sala de leitura, ela não possuía computador e outros recursos materiais e pedagógicos.

Também é importante apontar que a maioria das famílias que residem na Praia da Longa apresenta um elevado número de pessoas com baixa escolaridade, o que dificulta o acompanhamento das atividades escolares por parte dos pais dos alunos. Baganha (2012, p. 42) observa que “algumas famílias trabalham e moram em casas de veranistas, são caseiros, e é comum as desavenças com os patrões o que acaba levando as famílias a se mudarem”.

A realidade apontada pela autora citada predomina nas demais escolas, notamos que é frequente o fenômeno de mudança de endereço de moradores de uma praia para outra. Em decorrência deste contexto, foi observado um frequente processo de transferência de alunos, tanto as escolas exportam quanto elas recebem alunos novos.

A seguir, faz-se uma descrição da Escola Municipal Monsenhor Pinto de Carvalho, localizada na Praia de Enseada das Estrelas, que se tornou um Centro de Educação e Horário Integral (CEHI) em 2010. Dar-se-á ênfase a esta escola porque ela foi selecionada pela Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis para ser um dos treze centros de educação e horário integral (CEHI) da cidade, sendo a única escolhida da Ilha Grande para se tornar uma referência para as demais escolas multianuais. Neste caso, tinha-se a expectativa de encontrar uma realidade bem diferente daquela que predominava em outras escolas da Ilha.

Segundo os dados do Censo Escolar/INEP 2015, esta escola atendia em torno de 54 alunos do primeiro segmento do ensino fundamental, diferenciando-se das demais por

oferecer três classes multianuais: a primeira multianual atende ao Pré e 1º Ano com 21 alunos, a segunda atende ao 2º e 3º Anos contabilizando 14 alunos, já a terceira atende ao 4º e 5º Anos, comportando 19 alunos em sala.

O CEHI Monsenhor Pinto de Carvalho ampliou a jornada escolar e a organização curricular e implementou uma educação integral, contando com uma carga horária anual de 1.600 horas na qual se incluem os componentes curriculares da Base Nacional Comum e as oficinas pedagógicas. Segundo Sirino (2016, p. 100), a mudança do estatuto da escola para tempo integral não assegurou melhores condições de trabalho para os professores, havendo uma sobrecarga de trabalho, pois “não há pedagogo na escola, secretário escolar ou agente administrativo, auxiliar de biblioteca e nem zeladores, há mais de dois anos”.

No âmbito da pesquisa realizada, observou-se que foi concebido um modelo de escola sem que tenham sido asseguradas as condições de infraestrutura e de espaço físico adequadas para atender às necessidades de uma escola em tempo integral. Além disso, a escola carece de recursos e de pessoal para realizar a manutenção do prédio, também falta uma estrutura funcional de apoio ao trabalho da direção e dos professores para atender os alunos que permanecem oito horas diárias na escola.

Mas, ainda assim, a Escola da Praia de Enseada das Estrelas busca manter uma proposta pedagógica que estimula a autonomia dos alunos. Mesmo não possuindo um número suficiente de profissionais de apoio e não ter sala para atividade extraclasse, esta é uma das poucas escolas da Ilha Grande que possui biblioteca e mais recursos pedagógicos para se trabalhar em sala de aula. Além disso, ela é a única que possui três classes multianuais.

Mas, ainda assim, foi mantida a estrutura de uma escola tradicional, privilegiando as carteiras enfileiradas em detrimento da construção de salas que pudessem possibilitar outras estratégias para realização do trabalho pedagógico ou mesmo para atender a outras necessidades da escola. Ainda que o governo federal, através do Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), propicie a aquisição de material de apoio pedagógico, a escola não encontra contrapartida no governo municipal, que não realiza as contratações de profissionais para atender as demandas da escola.

Deste modo, cabe aos docentes construírem estratégias para viabilizar seu trabalho e atingir resultados concretos, havendo uma busca por articular os componentes curriculares da Base Nacional Comum com o conteúdo programático e as oficinas pedagógicas que são praticadas na referida escola. É importante destacar que a atuação do professor se dá dentro dos limites estabelecidos pelos modelos educacionais adotados e, neste caso, também deve-se considerar as condições materiais oferecidas pelas escolas da Ilha Grande, pois vivem isoladas do continente, carecem de infraestrutura material e de recursos humanos, tornando este trabalho pouco atrativo.

Durante todo o período de desenvolvimento do nosso projeto de ensino PIBID, observou-se que, como forma de se contrapor à realidade dada, havia um forte envolvimento dos docentes das escolas da Ilha Grande com seu trabalho, ainda que suas ações não tivessem respaldo das políticas adotadas pela Secretaria de Educação. Isto decorre da própria relação que esses trabalhadores constroem com a docência, pois é através dos resultados obtidos que eles buscam obter o reconhecimento social de seu trabalho.

Nesta perspectiva, professores e alunos vão se tornando sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, trazendo suas marcas históricas e culturais que passam a influenciar nas trocas que se estabelecem na sala de aula. Deste modo, no trabalho com as classes

multianuais, passa-se a valorizar o saber que os alunos trazem da vida cotidiana, mas, para isso também é fundamental superar os modelos tradicionais de docência e as “tradições pedagógicas anacrônicas, tecnicistas e neoliberais” (NUNES, 2013, p. 278).

Neste caso, a atividade pedagógica somente adquire sentido quando é construída por cada um dos sujeitos envolvidos na prática educacional. Assim, “é impossível desvincular a ação política da pedagógica, especialmente quando se está inserido em um contexto em que a política educacional determina e limita as ações mais cotidianas nas escolas” (SERRÃO, 2013, p. 258).

As ações tomadas pelo poder público têm sido contraditórias, pois, ao mesmo tempo que reconhece a educação como sendo um direito social previsto na Constituição de 1988, a aplicação deste direito tem sido ameaçada constantemente pelo ideário neoliberal que impõe uma racionalidade às decisões tomadas pelo poder público em relação ao processo educacional. Conforme expõe Souza (2013, p. 226), “as políticas educacionais no Brasil e em diferentes estados da federação caracterizaram-se por um padrão de racionalidade formado por noções como calculabilidade, eficiência, eficácia e produtividade”.

Na maioria das escolas da Ilha Grande, o professor tem sido levado a desenvolver um trabalho racionalizado, pois, além de exercer a docência, muitas vezes deve atender às atividades de direção da escola e, também, aquelas próprias de secretaria. Nesse sentido, mesmo enfrentando condições de trabalho adversas e precárias, como a falta de estrutura física e de equipes de apoio e escassez de recursos materiais, os professores das classes multianuais da Ilha Grande procuram superar os limites impostos por essas condições de trabalho, buscando assegurar que o seu trabalho se concretize.

Considerações finais

O artigo analisou as condições materiais oferecidas aos docentes que atuam em classes multianuais de escolas da Ilha Grande. Observa-se que, além das precárias condições de trabalho, há um processo de intensificação do trabalho docente, de incorporação de responsabilidades com as questões de administração e gestão da escola e de ampliação das atribuições no cotidiano escolar dos professores, sem que se ampliem as horas de trabalho remunerado (GARCIA; ANADON, 2009).

A partir da análise do trabalho destes professores é possível afirmar que predomina o imponderável na atuação destes profissionais, o que significa dizer que há outras instâncias do social que regulam essas relações. Pode-se considerar que o trabalho pedagógico realizado não visa apenas atender a legislação educacional vigente, mas está diretamente ligado ao papel do docente enquanto sujeito histórico, que busca contribuir com a transformação da realidade em que atua.

É neste sentido que, em meados de 2014, os professores buscaram se aproximar da modalidade de Educação do Campo, como tentativa de romper com o modelo de ensino predominante, visando oferecer uma formação mais comprometida com a ampliação da autonomia do aluno. Entretanto, devido às condições de isolamento destas escolas, aqueles professores têm tido dificuldade de socializar as atividades que realizam com outros profissionais ou mesmo com os colegas que estão submetidos ao mesmo contexto de trabalho,

sendo esse um dos limites que se impõem à situação que é vivenciada nas escolas da Ilha Grande.

Além disso, faz-se necessário que estes profissionais busquem uma formação continuada para atender as demandas instáveis e incertas que permeiam a vida escolar. Pois, as ações destes educadores só ganham legitimidade na medida em que elas consigam obter o reconhecimento social do seu trabalho, conquistado por sua experiência profissional, pelo seu saber docente e pelos resultados obtidos com os alunos. Nesse sentido, entendemos que o estudo sobre as condições de trabalho que são vivenciadas pelos professores é um tema fundamental para se repensar as políticas públicas de educação.

Referências

BAGANHA, Andreia C. **As dificuldades e possibilidades do profissional da educação de uma escola multianual da Ilha Grande**. 2012. 50 f. Monografia (Conclusão de Curso) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro.

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Escola Ativa: diretrizes para implantação e implementação da estratégia escola ativa**. Brasília: MEC; FUNDESCOLA, 2005.

_____. **Lei nº 11.494, 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 2007.

_____. **Portaria interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Brasília: MEC, 2007.

_____. **Decreto nº 7.352, 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de novembro de 2010.

CHRISOSTIMO, Suelen da S. **A realidade da educação do/no campo na comunidade caiçara da praia da longa em Angra dos Reis/RJ**. 2016. 14 f. Monografia (Conclusão de Curso) – Curso de especialização em educação do campo. Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2016.

GARCIA, Maria M. A.; ANADON, Simone B. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 63-85, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100004>. Acesso em: 10 jun. 2017.

NUNES, C. A construção coletiva da educação para a emancipação e da escola de direitos à aprendizagem. In: MARCASSA, F.; PINTO, F.M.; DANTAS, J.S. (Orgs). **Formação continuada e politização docente: escola e universidade na luta pela educação no Maciço do Morro da Cruz**. Florianópolis: Insular, 2013, p. 275-287.

OLIVEIRA, Dalila A. Educação como campo de disputa de saberes e de afirmação social: para a construção de uma pedagogia latino-americana. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 11, n. 3, p. 13-35, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/9724>>. Acesso em: 31 maio 2017.

RODRIGUEZ, Margarida V. Carreira Docente e os desafios da profissionalização do trabalho dos professores. In: GARCIA, D. M. F.; CECÍLIO, S. **Formação e profissão docente em tempos digitais**. Campinas (SP) Editora Alínea, 2009, p. 117-133.

SERRÃO, Maria I. B. Atividade pedagógica como atividade especificamente humana. In: MARCASSA, F.; PINTO, F.M.; DANTAS, J.S. (Orgs). **Formação continuada e politização docente: escola e universidade na luta pela educação no Maciço do Morro da Cruz**. Florianópolis: Insular, 2013, p. 253-260.

SIRINO, Marcio B. Educação integral e(m) tempo integral em Angra dos Reis: narrativas dos educadores do Centro de Educação e Horário Integral Monsenhor Pinto de Carvalho. **Educação Online**, [S.l.], no. 21, p. 92-122, abr. 2016. ISSN 1809-3760. Disponível em: <<http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/217>>. Acesso em: 31 maio 2017.

SOUZA, Aparecida N. Professores, Modernização e Precarização. In: ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 217-227.